

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 25-8-2010. — A Juíza de Direito (de turno), *Dr.ª Paula Manuela Branquinho Gonçalves Neto*. — O Oficial de Justiça, *Cristina Marques*.

303634149

### 1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

#### Anúncio n.º 8738/2010

##### Processo: 2199/08.9TBGMR-I Prestação de contas administrador (CIRE)

Administrador Insolvência: João Fernandes de Sousa Requeridos: Miguel Onofre Puga Pinheiro Machado e outro

A Dra. Idalina Ribeiro, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e insolventes:

Eva Clarisse Pereira da Cunha Machado, Desconhecida ou sem Profissão, estado civil: Casado, nascida em 26-11-1970, freguesia de Nespereira [Guimarães], nacional de Portugal, número de identificação fiscal 186046618, bilhete de identidade n.º 9195184, Endereço: Av. dos Bombeiros Voluntários, 593, S. João das Caldas, 4815-394 Vizela e Miguel Onofre Puga Pinheiro Machado, Director Comercial, estado civil: Casado (regime: Desconhecido), nascido em 25-06-1965, freguesia de Azurém [Guimarães], nacional de Portugal, número de identificação fiscal 179356186, BI — 7028130, Endereço: Avenida dos Bombeiros Voluntários, N.º 593-, S. João, 4810-903 Vizela, notificados para no prazo de 5 (cinco) dias, decorridos que sejam 10 (dez) dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Data: 01-09-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Idalina Ribeiro*. — O Oficial de Justiça, *Fernanda Guimarães*.

303650665

### 3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

#### Anúncio n.º 8739/2010

##### Processo: 2675/10.3TBGMR Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Paulo João Marques dos Santos

No Tribunal Judicial de Guimarães, 3.º Juízo Cível de Guimarães, no dia 21-07-2010, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de

insolvência do devedor: Paulo João Marques dos Santos, estado civil: Solteiro (regime: Solteiro), nascido(a) em 23-08-1984, freguesia de Brito [Guimarães], nacional de Portugal, NIF — 237656906, BI — 12587560, Endereço: Travessa São Veríssimo, N.º 3, Brito, 4805-032 Guimarães, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: António Filipe Mendes e Murta, Endereço: Rua de S. Tiago, 879, 2.º Esq., 4810-311 Guimarães.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 21-09-2010, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Data: 22-07-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria Paula Miranda* — O Oficial de Justiça, *Rui Jorge Mesquita*.

303517525

### TRIBUNAL DA COMARCA DA HORTA

#### Anúncio n.º 8740/2010

##### Processo: 268/10.4TBHRT Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: J. Pimentel, S. A.

Insolvente: R. M. Dias Sociedade Unipessoal, L.ª